



Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Autoras

Gilda A. Cassilha

Simone A. Cassilha

2009

C345 Cassilha, Gilda A.; Cassilha, Simone A. / Planejamento Urbano e Meio Ambiente. / Gilda A. Cassilha; Simone A. Cassilha. — Curitiba : IESDE Brasil S.A. , 2009.
176 p.

ISBN: 978-85-7638-766-4

1. Meio ambiente urbano - Planejamento 2. Planejamento urbano 3. Urbanização 4. Urbanismo - Planejamento I. Título II. Cassilha, Simone A.

CDD 711.4



Ad Maiora Semper!

Todos os direitos reservados.

IESDE Brasil S.A.

Al. Dr. Carlos de Carvalho, 1.482 • Batel

80730-200 • Curitiba • PR

www.iesde.com.br



Sumário

Questões urbanas | 7

Construindo o panorama da problemática urbana | 7

Elementos constitutivos da base urbana | 10

História urbana | 17

Evolução das cidades | 17

A cidade como conveniência de mercado | 18

Planejamento de cidades | 25

Macrozoneamento urbano | 27

Rede urbana no Brasil | 29

Os municípios e as cidades brasileiras | 29

Lei Orgânica Municipal (LOM) | 33

Rede de cidades | 35

Estatuto da cidade | 41

Constituição de 1988 | 41

Estatuto da Cidade – Instrumentos | 42

Plano Diretor | 51

Plano Diretor | 51

Metodologia para o desenvolvimento do Plano Diretor | 55

Componentes do planejamento | 63

Planejamento municipal | 63

Planejamento urbano | 65

Tamanho das cidades/densidade urbana | 66

A questão ambiental | 73

A questão ambiental no planejamento urbano | 73

Legislação ambiental | 75

Bacias hidrográficas/impactos ambientais | 77

Zoneamento urbano | 83

- Uso do solo/sistema viário/transporte público | 83
- O zoneamento de uso e ocupação do solo urbano | 85
- Parâmetros urbanísticos | 88

Acessibilidade e mobilidade urbana | 95

- Sistema viário | 95
- Hierarquia viária | 97
- Dimensionamento das vias | 98
- Transporte público | 101

Desenho urbano | 107

- Desenho urbano | 107
- Custos de urbanização | 110
- Valor da terra | 111

Legislação de parcelamento do solo | 117

- Parcelamento do solo urbano | 117
- Aspectos legais | 119
- Aspectos locais para o parcelamento do solo urbano | 121

Guetização da cidade | 127

- Condomínios horizontais | 127
- Legislação para condomínios horizontais | 129
- Guetização da cidade | 131

Incorporações imobiliárias | 135

- Elementos para a concepção de território | 135
- Mercado de terras | 137
- Empreendimentos mais adequados | 138

Índices urbanísticos | 145

- Ocupação real | 145
- Ocupação legal | 146
- Áreas para adensamento | 147

Empreendimentos imobiliários | 153

- Intervenções urbanísticas | 153
- Recuperação urbana | 156
- Parcerias na produção do mercado imobiliário | 156



Apresentação

A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento.

Platão

Toda a experiência que se possa ter em relação ao estudo das cidades com certeza não irá ser capaz de defini-la totalmente.

As cidades, como organismos vivos e complexos, justamente por conter toda a interatividade possível entre os indivíduos, sejam elas positivas ou negativas, podem transformar o cotidiano das pessoas no maior dos pesadelos ou na melhor das experiências.

Cada vez que olhamos para as pessoas nas ruas, nas praças, nas lojas, nas escolas, nos ônibus e nos mais variados compartimentos que a cidade produz, descobrimos mais e mais sobre essa fantástica experiência que é a aglomeração urbana.

Quando tocamos as mãos das pessoas em algum canto da cidade e podemos ensinar como conservar o meio ambiente com o simples ato de respeitar a mata ao longo de algum riacho, também estamos “viajando” pelo universo urbano.

E, por fim, quando convidamos as pessoas para o nosso convívio em nossa casa ou para realizar algum tipo de negócio, como a venda de um lote ou de uma edificação, sabendo que estes estão em perfeita consonância aos parâmetros exigidos pela Prefeitura Municipal, estamos nos apropriando dos benefícios da urbanização.

A cidade, porém, não é tão romântica e legal em todos os seus aspectos, pois justamente ao ter que abrigar todas as pessoas que à ela se dirigem na busca ao atendimento de suas necessidades, pode não ter as respostas imediatas para isso, e de certa forma pode frustrar as expectativas de determinados grupos de pessoas.

Nós, urbanistas, tentamos deixar essa experiência urbana um pouco mais atenuada ao estudarmos constantemente o meio urbano, assim como através do planejamento urbano programar melhor as atividades na cidade.

Nesta pequena obra que por ora apresentamos, procuramos deixar um pouco mais claro este universo fantástico e muito rico do ponto de vista das relações humanas, que é a cidade. Nesta viagem vamos conhecer os aspectos mais relevantes que precisamos para compreender, inclusive, como podemos planejar a cidade e conservar o meio ambiente.



Questões urbanas: estabelecendo uma visão global da dinâmica urbana, seus efeitos positivos e negativos

Gilda A. Cassilha*
Simone A. Cassilha**

Construindo o panorama da problemática urbana

As cidades são mutantes, vão crescendo e se modificando pelas ações das atividades diárias das pessoas, cada uma com sua forma própria de apropriação, intervindo no espaço das mais variadas maneiras. A partir dessas intervenções, sem que sejam tomadas as devidas providências, começam a surgir problemas por todos os lados.

Alguns problemas são comuns a todo o tipo de sociedade, independente da etnia ou do espaço urbano ou rural, porém alguns deles podem ser considerados como tipicamente da população urbana. Violência no trânsito, disputa entre gangues, são crimes recorrentes encontrados nas grandes cidades, pois a pobreza e os contrastes sociais ficam mais evidentes no espaço urbano. A segregação social, assim como a pobreza, está diretamente ligada à degradação ambiental. São consequências diretas de tal

* Mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV. Especialista em Gestão Técnica do Meio Urbano pela PUCPR. Especialista em Paisagismo pela PUCPR. Arquiteta e Urbanista pela UFPR.

** Especialista em Gestão Técnica do Meio Urbano pela PUCPR. Arquiteta e Urbanista pela PUCPR.

degradação as enchentes, os desmoronamentos de terras e a poluição de córregos, rios e mananciais para o abastecimento, tornando muitas vezes a água imprópria para o consumo humano, sendo esta questão, em alguns momentos, tão séria, que se torna irreversível.

De um modo geral, a população mais carente presente no meio urbano possui uma maior parcela de responsabilidade pela degradação do meio ambiente, e é também quem mais sofre diretamente com os efeitos negativos dessa degradação, pois possuem menos recursos para sua própria defesa. Isso acaba por tornar ainda mais evidente a injustiça social encontrada nas grandes cidades. Em levantamento realizado pelo Instituto Datafolha, em 2007 existiam 12,4 milhões de pessoas vivendo em favelas no Brasil.

Nas imagens a seguir podemos visualizar os efeitos nocivos ao meio ambiente urbano, em algumas situações.



Domínio público.

Enchentes causadas por grandes áreas impermeáveis.



Domínio público.

Lixão sem controle ambiental nas margens dos córregos.



Domínio público.

Deslizamentos em encostas.



Domínio público.

Ocupações irregulares em morros.



Domínio público.

Cemitérios em área de fragilidade ambiental.



Domínio público.

Poluição do mar.

O desenvolvimento das cidades é um grande desafio. À medida que a malha urbana cresce desordenada e demasiadamente, a demanda por infra-estrutura aumenta. E quanto mais rápido for o crescimento, maior torna-se o desafio. O crescimento populacional das cidades deveria ser acompanhado por maior oferta de infra-estrutura e serviços básicos, principalmente os relacionados ao saneamento básico, demonstrando, desta forma, a preocupação com o ambiente natural em que vivemos e com as condições mínimas de salubridade para a população.

Porém, o que normalmente se observa é que a disposição final do lixo fica em local indevido e contamina o solo, o cemitério encontra-se ao lado da nascente de um rio, as épocas de chuvas provocam enchentes desastrosas e desmoronamentos de terras, que destroem a pavimentação das ruas e até mesmo as moradias.

Além disso, alguns outros fatores relevantes devem ser levados em consideração, como o conseqüente aumento da poluição atmosférica e a menor vida útil da pavimentação das vias urbanas, o que traz altos custos para a cidade como um todo. Também a grande importância dada aos veículos particulares atualmente está demonstrando o grande despreparo das cidades para tal contingente, visto os constantes congestionamentos.

O que vem acontecendo também, como forma de degradação da vida urbana, diz respeito aos espaços tidos como públicos (praças e pontos de encontro como os calçadões) que estão sendo abandonados e trocados por locais fechados, considerados de maior segurança. A população de média e alta renda se sente amedrontada e se isola em condomínios e espaços enclausurados, acabando por não mais vivenciar sua própria cidade.

Outro aspecto que convém ressaltar como problemática urbana vem a ser a abertura dos mercados internacionais e a conseqüente globalização. Isso vem provocando uma fragmentação social, concentrando a riqueza gerada nas mãos de minorias.

As afirmativas de crescimento desordenado das cidades não fazem parte de uma regra geral, pois existem cidades que ganham população e, apesar disso, continuam se desenvolvendo organizadamente e oferecendo uma adequada qualidade de vida à comunidade. Outras perdem população, parecem ter parado no tempo e se desorganizam em busca de atrativos para a retomada do desenvolvimento.

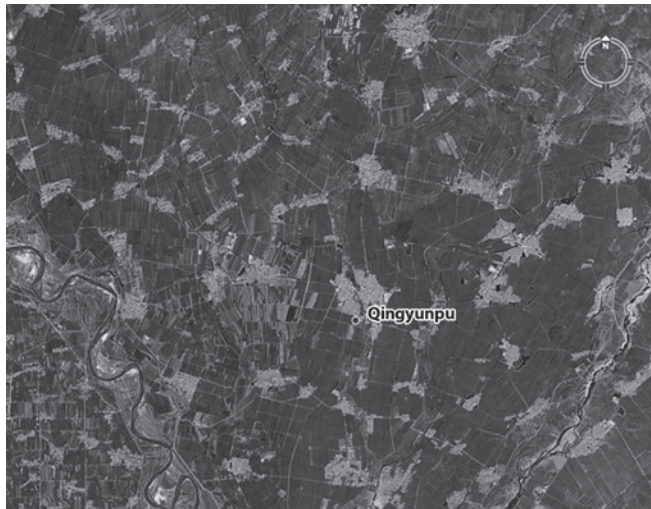


Grande contingente de veículos nas vias urbanas causando congestionamentos.

Domínio público.

Nesse contexto, vemos também cidades com incremento populacional estrondoso, ao ponto de surgirem *do nada* em curto espaço de tempo, como é o caso da intensa urbanização que vem acontecendo na China. Nesse caso, o grande desafio vem a ser o desenvolvimento econômico acompanhado de uma qualidade de vida e respeito ao meio ambiente de forma sustentável.

O mais complicado, nesse último caso, é o crescimento ser acompanhado pela oferta de postos de trabalho e de moradia para todos, assim como o provimento dos serviços básicos, principalmente os de saneamento. Também os aspectos relativos às questões ambientais na maioria das vezes ficam sem ser respeitados.



Google Earth – ago. 2007.

Imagens de novas aglomerações urbanas na China.

Uma cidade, não importa sua localização geográfica ou seu tamanho, deve ter preocupações como coleta seletiva do lixo, abastecimento de água potável, rigor na localização dos diversos usos: residencial, comercial, de serviços ou industrial, existência de locais de lazer para o uso público como praças e parques, enfim, uma dimensão de cidade a ser vivida por uma comunidade e que deve possuir obrigatoriamente certo nível de organização.

Elementos constitutivos da base urbana

O território da cidade, em sua parte física, é constituído tanto de elementos do meio natural quanto do meio antrópico, e que vão dar sustentação à ocupação e à forma urbana.

“Ao descrever uma cidade, ocupamo-nos predominantemente da sua forma; essa forma é um dado concreto que se refere a uma experiência concreta: Atenas, Roma, Paris”. (ROSSI, 2001, p. 70).

Realmente, quando nos lembramos de algumas cidades logo nos vem à lembrança um símbolo característico dessas cidades. Assim ao pensarmos no Rio de Janeiro imaginamos a Estátua do Cristo Redentor, o Morro do Pão de Açúcar ou a Praia de Copacabana. Ao falarmos em Salvador pensamos no Pelourinho ou no Mar de Itapuã. Em Recife logo lembramos da Praia da Boa Viagem. Em Belém o Mercado Ver-o-Peso. Em Porto Alegre a Rua da Praia. Em Curitiba a Rua das Flores ou a Ópera de Arame.

Se pensarmos em cidades *mundo afora* nos lembraremos da Torre Eiffel em Paris ou a Estátua da Liberdade em Nova Iorque. Podemos também lembrar das Montanhas dos Alpes na Suíça ou da Cordilheira do Andes no Chile.

Esses referenciais nos remetem ao mar, praia, morros, montanhas, que são elementos do meio natural; ou às Estátuas ou Torres, que vêm a ser elementos construídos pelo homem, ou seja, antrópico.

Nas cidades, os elementos do meio natural como cursos d’água, ou seja, os rios e suas nascentes que formam as bacias hidrográficas, a vegetação, as encostas dos morros, os lagos e as formas topográfi-

cas, se contrapõem aos elementos do meio antrópico, que por sua vez, são representados pelas diversas formas de edifícios e construções, pelas ruas, avenidas, viadutos, parques e praças.

As formas topográficas vão formando a paisagem da cidade, na medida em que as diversas altitudes, ao serem ocupadas com edifícios mais altos, outros mais baixos, casas, vias e fábricas, passam a promover o suporte para o desenvolvimento das atividades humanas.

Essa antropização do território a partir da apropriação dos elementos do meio natural, onde o homem executa transformações para que possa ocupar determinadas áreas, pode acontecer de forma planejada, ou na maioria das vezes de forma indiscriminada, indevida e irregular. Essas ações sem a devida preocupação com a conservação do suporte natural ocasionam uma grande impermeabilização do solo, perda de áreas verdes sem a devida compensação, poluição do solo, da água e do ar, causando transtornos para a cidade e a conseqüente má qualidade de vida aos habitantes.

Essa relação do homem com a natureza sem o devido equilíbrio permite um domínio do território de forma agressiva, onde o valor da terra, em cada espaço da cidade, dependendo da situação à qual foi submetida, ao contrário de ter uma valorização adequada, passa a valer muito menos pelo fato da exploração inadequada.

Ao invés de um crescimento organizado, o crescimento das cidades do século XXI conta com grandes assentamentos baseados na ocupação de áreas não propícias, que além da degradação ambiental, produz miséria e poluição. As cidades estão aumentando não com edifícios bem resolvidos, adequados ao seu uso, como edifícios de escritórios com o devido dimensionamento para estacionamento de veículos e edificações que observem a legislação pertinente, mas sim com edificações precárias e irregulares por todas as partes.

“A casa, a rua, a cidade, são pontos de aplicação do trabalho humano; devem estar em ordem, senão se opõem aos princípios fundamentais que temos como eixo; e, desordem, nos fazem frente, nos travam, como nos trava a natureza, ambiente que combatemos todos os dias.” (CORBUSIER, 2004, p. 19).

A gestão da cidade

Para que a cidade possa atender às demandas de todos os habitantes, é necessário um controle das diversas atividades e de todas as transformações que nela ocorrem de forma não só a atender às necessidades da população, mas a respeitar os limites do meio de sustentação natural. Dessa forma, a cidade, tida como uma grande concentração de pessoas e atividades e um espaço de convivência pública, deve estabelecer limites e condutas para a vida harmoniosa entre os cidadãos.

Por trás da visão da organização urbana está a idéia da realização de algo funcional e ordenado. Para que isso ocorra, devem ser implantadas regras e mecanismos por parte da administração da cidade, que consegue, dessa forma, dominá-la e controlá-la como um todo.

A gestão urbana deve se valer de um conjunto de instrumentos, principalmente a legislação urbanística básica de uso e ocupação do solo, atividades, tarefas e funções que visam assegurar o adequado funcionamento de uma cidade. Visa garantir não somente a administração da cidade, como também a oferta dos serviços urbanos básicos e necessários para que a população e os vários agentes privados, públicos e comunitários, muitas vezes com interesses opostos, possam desenvolver e maximizar suas oportunidades de forma harmoniosa.

Essa gestão deve estar baseada nos princípios da eficiência, eficácia, economicidade e equidade, e diz respeito a políticas, planos, programas e práticas que procurem assegurar que o crescimento populacional seja acompanhado por acesso à infra-estrutura, habitação e emprego (funções da cidade).

No município brasileiro, a gerência local é competência dos poderes executivo e legislativo, responsáveis pela organização municipal e conseqüentemente pela gestão da cidade. O poder executivo, cuja autoridade máxima é o prefeito municipal, vem a ser o responsável direto dessa gerência, e é o que executa e administra os bens e serviços municipais e urbanos. O poder legislativo é representado pela câmara de vereadores, que são os representantes legais da população, escolhidos pelo voto popular. É o poder legislativo que elabora as leis que regem o município e a cidade. Também possui a atribuição de fiscalizar as ações do poder executivo. O judiciário, terceiro poder, somente administra os conflitos entre os cidadãos, as entidades e o poder público.

Foi Montesquieu, um cientista político francês, quem idealizou um sistema de poderes que deveriam ter atribuições específicas e funcionamento independente uns dos outros.

Dependendo da maneira como está estruturado o governo local, o município terá um melhor ou pior desenvolvimento e atendimento aos anseios da população. Isso irá depender da estrutura organizacional da administração municipal, da capacidade e quantidade dos recursos humanos, materiais, financeiros e legais, do inter-relacionamento entre os poderes (municipal, estadual, federal) e da forma como os interesses locais estão representados.

As atribuições das autoridades municipais passam inclusive pelas questões relativas à apropriação do solo municipal e urbano, assim como ao cumprimento das leis. O controle da problemática municipal e urbana deve ser debitado à gerência da cidade, que, fazendo valer as leis urbanísticas e municipais relativas ao ordenamento da apropriação do solo e do meio ambiente, produz cidades capazes de atender às necessidades da população e propiciar maior qualidade de vida à comunidade.

A participação da comunidade na gestão da cidade possui caráter extremamente importante, ainda que seja esta, na maior parte do tempo, uma atividade apenas para cumprir as determinações legais e regulamentações preestabelecidas.

Há também as diversas formas de manifestações públicas, como as de cunho reivindicatórias, que indiretamente produzem uma co-participação na gestão da cidade. São nesses momentos que a população assume papel na gestão da cidade, pois em busca de seus ideais tornam-se agentes do desenvolvimento das políticas públicas.

Texto complementar

(Novas) mediações com a mundialização do capitalismo

(RAICHELIS, 2006)

Para problematizar a *questão social* na sociedade brasileira contemporânea, em especial na cidade de São Paulo, toma-se como ponto de partida a análise da *questão social* sob a ótica histórico-conceitual, uma vez que ela não é unívoca, ensejando diferentes entendimentos.

Do ponto de vista da sua gênese histórica universal, segundo Donzelot (1987), a *questão social* emerge na França em meados do século XIX, mais precisamente em 1848, diante das lutas operárias e da violenta repressão que a elas se segue; sua intensificação relaciona-se ao radical antagonismo entre o direito à propriedade e o direito ao trabalho.

Para Netto (2001), a expressão *questão social* passou a ser utilizada por volta de 1830 (cf. também CASTEL, 1998) para evidenciar um fenômeno novo, fruto da primeira etapa de industrialização na Europa ocidental – o *pauperismo* – que atingia em larga escala a população trabalhadora no contexto da emergência do capitalismo urbano-industrial.

Se a polarização entre ricos e pobres não constituía nenhuma novidade, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que se ampliava e generalizava entre a grande massa da população. Pela primeira vez, a pobreza não era resultado da escassez, mas, ao contrário, era fruto de uma sociedade que aumentava a sua capacidade de produzir riqueza.

Desse longínquo contexto histórico até os nossos dias, a *questão social* não desapareceu nem foi equacionada, mas certamente foi assumindo diferentes configurações e manifestações relacionadas à história particular de cada sociedade nacional, de suas instituições, de sua cultura. É importante observar que foram as lutas sociais que transformaram a *questão social* em uma questão política e pública, transitando do domínio privado das relações entre capital e trabalho para a esfera pública, exigindo a intervenção do Estado no reconhecimento de novos sujeitos sociais como portadores de direitos e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos pelas políticas sociais.

O agravamento da *questão social* é produto desse amplo processo e indissociável da responsabilidade pública dos governos de garantir trânsito livre para o capital especulativo, transferindo lucros e salários do âmbito da produção para a esfera da valorização financeira.

O resultado desse processo tem sido o agravamento das desigualdades sociais e o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do *círculo da civilização*, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que se lhes restam são a violência e a solidariedade. (IAMAMOTO, 2005, p. 97).

Esse cenário expressa-se no Brasil exatamente no contexto das mudanças políticas e institucionais que se tornaram visíveis a partir da promulgação da Constituição de 1988, que, com todos os seus limites, avançou na definição e mesmo na extensão de direitos sociais e políticos. Mas são avanços que vieram na *contramão de um movimento internacional* o qual gerou o aumento da pobreza e da desigualdade social e o fortalecimento de ideologias contrárias à universalização dos direitos sociais legalmente definidos pela Carta Constitucional.

Leituras da cidade – transformações no cenário urbano

Há uma vasta literatura sobre a “questão urbana” e os processos de mudança social nas cidades relacionada às novas formas de pobreza urbana e segregação espacial e social.

O conceito de *espoliação urbana*, cunhado por Kowarick em 1979, forneceu a “pista” para a compreensão das contradições urbanas nas grandes metrópoles brasileiras. A espoliação urbana foi definida como “ausência e precariedade de serviços de consumo coletivo que, junto do acesso à terra, se mostram necessários à reprodução urbana dos trabalhadores”. Implícita nessa noção a presença de uma somatória de extorsões como resultado das múltiplas exclusões que sofrem os moradores e trabalhadores das cidades da periferia capitalista.

Em textos anteriores (ROSA e RAICHELIS, 1982 e 1985), escritos nessa década com base em pesquisas desenvolvidas para o movimento de loteamentos clandestinos da cidade de São Paulo, anotávamos que

verifica-se na dinâmica do crescimento urbano um intenso processo de expulsão da população trabalhadora do centro das cidades para a periferia, em função da valorização do solo urbano e da especulação imobiliária; proliferam loteamentos clandestinos, favelas, desprovidos de infra-estrutura urbana e dos serviços necessários à vida na cidade (RAICHELIS; ROSA, 1982, p. 72).

O quadro a seguir sintetiza as principais idéias desenvolvidas por Valladares até os anos 1980:

Virada do século XX	Trabalhadores x vadios Classes perigosas	Cortiço
Décadas de 1950-1960	População marginal Subemprego População de baixa renda	Favela
Década de 1970-1980	Setor informal Estratégias de sobrevivência Moradores Trabalhadores pobres x bandidos	Periferia

Considerando essas reflexões, retomamos o esquema proposto por Valladares para a análise da pobreza urbana até os anos 1980 e, a título de ensaio, esboçamos o seguinte quadro para as décadas de 1990-2000.

Observando o quadro síntese a seguir e, se confirmadas algumas das pontuações analíticas desenvolvidas nesse ensaio, constata-se no cenário urbano atual sinais inquietantes da dinâmica social explosiva presente nas grandes metrópoles brasileiras como São Paulo:

Décadas de 1990-2000	Trabalhador x desocupado Desemprego, precarização e informalização do trabalho Naturalização da pobreza e banalização da violência Pobres e miseráveis – subcidadãos Criminalização da pobreza – retorno das “classes perigosas”, violência, pobreza e bandidagem	Modelo centro-periferia e emergência de “novas centralidades”. Periferização acentuada (casas precárias, loteamentos clandestinos, “cortiços da periferia”, ocupações de terra) rua – cortiço – favela enclaves fortificados distantes do centro
----------------------	---	--

A realidade urbana de São Paulo revela, como nenhuma outra cidade brasileira, a síntese das contradições mais dramáticas da *questão social* contemporânea.

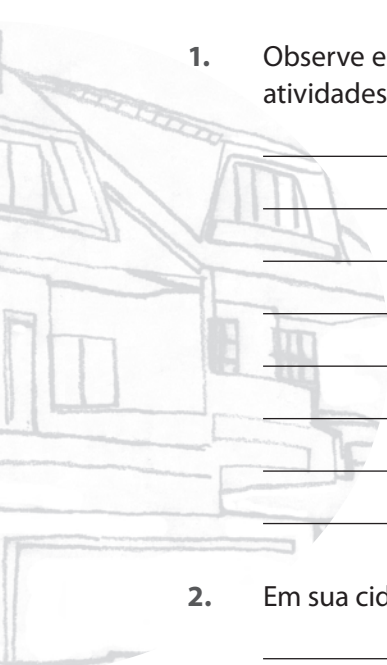
Aqui, nesse imenso território, a partir do qual se organiza a dinâmica do capitalismo no Brasil, se expressa mais claramente do que em qualquer outra metrópole do país a espoliação urbana, a subcidadania, a dinâmica das lutas e reivindicações por melhores condições de moradia e de trabalho. Verdadeiro laboratório social, a Grande São Paulo – com seus cortiços, suas favelas, suas invasões e moradias autoconstruídas, seus bairros ricos, seus condomínios fechados – continua nesse final de século XX e início do XXI como o grande desafio à compreensão dos problemas urbanos no país (VALLADARES, 2000).

Finalmente, há um movimento que se desenvolve no tecido social urbano que transcende a lógica das políticas oficiais e da racionalidade privatista do mercado. Trata-se da política dos “*usos e contra-usos da cidade* no cotidiano do espaço público” que

demarca diferenças e cria transgressões na paisagem urbana ao subverter os usos esperados – constitui lugares que configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos, na medida em que os torna locais de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de *pertencer*, enfim: ter identidade e lugar (LEITE, 2004, p. 25).

Atividades

1. Observe e liste alguns problemas urbanos em sua cidade inerentes ao ordenamento de algumas atividades e que poderiam ser melhorados com simples atitudes.



2. Em sua cidade, os elementos antrópicos predominam sobre os naturais?



Gabarito

Questões urbanas: estabelecendo uma visão global da dinâmica urbana, seus efeitos positivos e negativos

1. Ocupação de encostas dos morros, fundos de vale – beira dos rios, mangues; vias estreitas com grande comércio impedindo a circulação das pessoas.
2. A cidade é muito ou pouco construída com muitos ou poucos espaços de praças e vegetação, ou até mesmo muito ou pouco verticalizada em relação às edificações.
3. O Poder Público Municipal – a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores.